

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

CNPJ/MF N°. 01.612.234/0001-52

NIRE N°. 33300164316

COMPANHIA FECHADA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 15 de abril de 2020, às 13h00, na sede social da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (“Companhia”), localizada na Rodovia RJ 124, Km 22, Bairro Latino Melo, Rio Bonito /RJ.
- 2. PRESENÇA:** Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n°. 6.404, de 15.12.1976 (“LSA”), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no “Livro Registro de Presença de Acionistas”.
- 3. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIAS:** (i) Os avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 e parágrafo 4º do artigo 133 da LSA; e (ii) o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram publicados em 26 de março de 2020 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, páginas 42 a 45, e 26 de março de 2020 no Jornal “O Fluminense”, páginas 5 a 8.
- 4. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo e o Sr. Guilherme Motta Gomes, como secretário.
- 5. LEITURA DOS DOCUMENTOS:** Dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, por serem do conhecimento geral.
- 6. ORDEM DO DIA:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre o orçamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2020; (iii) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) fixar a verba global para a remuneração dos administradores, nos termos do artigo 152 da LSA; e (vi) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

CNPJ/MF N°. 01.612.234/0001-52

NIRE N°. 33300164316

COMPANHIA FECHADA

7. DELIBERAÇÕES: As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, aprovaram:

7.1. A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA;

7.2. O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicados conforme o item “Convocações e Publicações Prévias” acima, já devidamente auditados pela KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), conforme Relatório datado de 25 de março de 2020;

7.3. O orçamento de capital para o exercício de 2020, no valor de R\$ 7.821.596,85 (sete milhões, oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos);

7.4. Considerando as demonstrações financeiras aprovadas no item 7.2. supra, que o “Resultado do Exercício” da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 35.554.579,46 (trinta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos), tenha a seguinte destinação:

(a) Considerando que o saldo da Reserva Legal já constituída na Companhia, no valor de R\$ 2.509.728,51 (dois milhões, quinhentos e nove mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos) perfaz 20% (vinte por cento) de seu capital social, faz-se desnecessária nova constituição, conforme permitido pelo artigo 193, caput, da LSA;

(b) Considerando que o saldo da Reserva Estatutária já constituída na Companhia, no valor de R\$ 1.254.864,25 (um milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) perfaz 10% (dez por cento) de seu capital, faz-se desnecessária nova constituição, conforme disposto no artigo 194 da LSA e parágrafo único do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia;

(c) Distribuição de dividendos intermediários, nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$ 24.753.328,79 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos), correspondentes a R\$ 0,70385944011 por ação, à conta da totalidade dos lucros

VL/AGO/20/RVL

Página 2 de 4

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código UWANS-M06LJ-KCB35-24HKK

página 2 de 5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A

NIRE: 333.0016431-6 Protocolo: 00-2020/075465-3 Data do protocolo: 05/05/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871572 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B8858C9279B958B4AF9459AC07ECCB24D85AFEDD9157A5CE9DADDC8DDE3E1C4

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/18



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

CNPJ/MF N.º 01.612.234/0001-52

NIRE N.º 33300164316

COMPANHIA FECHADA

apurados entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2019, já pagos em 29 de outubro de 2019, conforme aprovado em Reunião de Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2019, *ad referendum* desta Assembleia, tendo como base acionária a data da referida reunião;

(d) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) no valor bruto de R\$ 949.456,61 (novecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavos); correspondentes a R\$ 0,02699774255 por ação, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2019, tendo como base acionária a data desta assembleia, os quais foram pagos em 20 de dezembro de 2019;

(e) Dividendos adicionais propostos nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 2019, no montante de R\$ 9.851.794,06 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,28013518141 por ação, os quais serão pagos em 28 de abril de 2020, tendo como base acionária a data desta assembleia; e

Após as destinações acima, não restou saldo de “Reserva de Retenção de Lucros” da Companhia.

7.5. A eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, os Senhores: **(1) EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23.818.436-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 148.195.698-13; **(2) GUILHERME MOTTA GOMES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n.º 08740792-0 IFP-RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 012.980.057-01; e **(3) ÉRIKA NATSUMI MATSUMOTO**, brasileira, convivente em união estável, administradora de empresa, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 16.153.725 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 086.758.538-23, todos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, com mandato de 1 (um) ano, que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária de 2021, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos, permanecendo vagos os demais cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e conseqüentemente, não estarem incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declarações de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia.

VL/AGO/20/RVL

Página 3 de 4

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código UWANS-M06LJ-KCB35-24HKK

página 3 de 5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A

NIRE: 333.0016431-6 Protocolo: 00-2020/075465-3 Data do protocolo: 05/05/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871572 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B8858C9279B958B4AF9459AC07ECCB24D85AFEDD9157A5CE9DADDC8DDE3E1C4

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n.º de protocolo. Pag. 5/18



CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

CNPJ/MF N°. 01.612.234/0001-52

NIRE N°. 33300164316

COMPANHIA FECHADA

7.6. A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2020, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração anual; e

7.7. A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 19 do Estatuto Social.

8. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Rio Bonito /RJ, 15 de abril de 2020. **Assinaturas:** Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente da Mesa e Guilherme Motta Gomes, Secretário. **Acionistas: (1) CCR S.A.**, por Eduardo de Toledo e **(2) CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços**, por Eduardo de Toledo.

Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais n°. 01, às fls. 190 a 193.

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Presidente da Mesa

Assinado com Certificado Digital ICP Brasil

Guilherme Motta Gomes

Secretário

Assinado com Certificado Digital ICP Brasil



PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 22/04/2020

Dados do Documento

Tipo de Documento Ato Societário
Referência VL_AGO_15-04-20_13h00 - DF's 2019-Eleição CAD
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 20/04/2020
Validade 15/04/2020 até Indeterminado
Hash Code do Documento CD3369C55B5A4600BA4E04BEF1DF0E39FE153E7E5405E8DCD83A92E964B2018C

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte) Aprovador
Relacionamento 02.846.056/0001-97 - CCR S.A.

Representante	CPF
Fernanda Fonseca Reginato Borges	218.085.078-60
Ação: Aprovado em 20/04/2020 14:35:11	IP: 10.103.239.164
Info. Navegador:	

Papel (parte) Secretário da Mesa
Relacionamento 01.612.234/0001-52 - LAGOS

Representante	CPF
GUILHERME MOTTA GOMES	012.980.057-01
Ação: Assinado em 20/04/2020 16:05:52 com o certificado ICP-Brasil Serial - 7A938305F75E40B5	IP: 10.101.243.93
Info. Navegador:	

Papel (parte) Presidente da Mesa
Relacionamento 01.612.234/0001-52 - LAGOS

Representante	CPF
EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO	148.195.698-13
Ação: Assinado em 20/04/2020 15:39:13 com o certificado ICP-Brasil Serial - 2158249AAF08B8CD	IP: 10.101.243.93
Info. Navegador:	



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **UWANS-M06LJ-KCB35-24HKK**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código UWANS-M06LJ-KCB35-24HKK

página 5 de 5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A

NIRE: 333.0016431-6 Protocolo: 00-2020/075465-3 Data do protocolo: 05/05/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871572 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B8858C9279B958B4AF9459AC07ECCB24D85AFEDD9157A5CE9DADDC8DDE3E1C4

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 7/18





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

PROTOCOLO REDESIM
RJN2021791190

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 01.612.234/0001-52
---	--

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ46468334 - 01612234000152

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME JOAO DANIEL MARQUES DA SILVA	CPF 035.387.987-88
LOCAL	DATA 24/04/2020

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 01.612.234/0001-52

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

(a) Saldo de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão
Circulante
Não circulante

Table with columns: 2019, 2018, Despesas/Custos com serviços prestados, Receitas brutas, Ativo Contas a Receber, Passivo Fornecedores e contas a pagar.

Table with columns: 2018, 2019, Despesas/Custos com serviços prestados, Receitas brutas, Ativo Contas a Receber, Passivo Fornecedores e contas a pagar.

Despesas com profissionais chave da administração
Remuneração (a)
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa
Outros benefícios:
Provisão de participação no resultado
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte
(Reversão) Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano
Previdência privada
Seguro de vida

Na AGO realizada em 24 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.000, na qual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Saldo a pagar aos profissionais chave da administração:
Remuneração dos administradores (a)
(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, segurança e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento. (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CPC - Divisão Engenheiro, cujo valor é liquidado mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento. (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação; (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e (e) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuídos aos membros da administração e diretoria.

Table with columns: 2018, 2019, Valor de custo, Saldo inicial, Adições, Baixas, Transferências (a), Saldo final.

Table with columns: 2017, 2018, Valor de custo, Saldo inicial, Adições, Baixas, Transferências (a), Saldo final.

Table with columns: 2017, 2018, Valor de custo, Saldo inicial, Adições, Baixas, Transferências (a), Saldo final.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 300 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 491 em 31 de dezembro de 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 6,44% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 6,75% a.a. em 2018. (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e (b) Refere-se a ativo imobilizado baixado para custo. 12. Intangível e intangível em construção: Movimentação do custo:

Table with columns: 2017, 2018, Valor de custo, Saldo inicial, Adições, Transferências (a), Saldo final.

Table with columns: 2017, 2018, Valor de custo, Saldo inicial, Adições, Transferências (a), Saldo final.

13. Debêntures

Table with columns: Série, Taxas contratuais, Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.), Custos de transação incorridos, Saldos dos custos de transação a priorizar 2019, Vencimento final 2019, 2018.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidos as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Garantias: (a) Não existem garantias. A Companhia possui debêntures com cláusulas de cross default e/ou cross acceleration, ou seja, que estabelecem o vencimento antecipado, caso o devedor não cumpra suas obrigações em outras obrigações financeiras por ela firmadas. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 15 de julho de 2015, foi realizada a 2ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quinquenal, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 159 do Ministério dos Transportes de 16 de julho de 2015, com valor nominal total de R\$ 150.000 e o vencimento em 15 de julho de 2020. As debêntures têm remuneração de IPCA + 7,34% a.a. O primeiro pagamento de juros semestrais tem início em 15 de janeiro de 2016. O principal será pago no vencimento da operação. As debêntures não contam com garantias de qualquer natureza. Dentre os critérios de vencimento antecipado está o pagamento de dividendos pela emissora; (i) em qualquer valor, caso a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos da escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) em valor superior ao mínimo legal mencionado acima, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 4, utilizando o método de verificação e as definições de Dívida Líquida e EBITDA previstos na escritura. 2. Em 11 de julho de 2018, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 41.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, sem qualquer tipo de garantia, com vencimento final em 15 de julho de 2020. Os juros são de 113% do CDI e estão sendo pagos em parcelas semestrais, nos meses de julho e janeiro de cada ano, a partir de 15 de julho de 2018. Os principais critérios para o vencimento antecipado são: (i) o pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o artigo próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. A concessionária poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso contrário e emite ao agente fiduciário, carta de fiança em caso de valor correspondente ao saldo devedor das debêntures em circulação, apostado por banco de primeira linha com atuação no Brasil e aprovação da Assembleia Geral de Debentistas.

Table with columns: 2019, 2018, Fornecedores, Fornecedores de serviços nacionais, Fornecedores de serviços estrangeiros.

Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras melhorias, manutenção e conservação.

15. Provisão para riscos civis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Table with columns: Saldo Inicial, Constituição, Reversão, Pagamentos, Atualização de bases processuais e monetárias, Saldo final.

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Table with columns: 2019, 2018, Cíveis e administrativas, Trabalhistas e previdenciárias.

Além de atuar perante tribunais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.024.000,00 (R\$ 975 em 31 de dezembro de 2018).

Table with columns: 2018, 2019, Provisão de manutenção, Saldo Inicial, Constituição/reversão de provisão a valor presente, Reversão do ajuste a valor presente, Realização, Saldo final.

As taxas anuais de 2018 e 2019, para cálculo do valor presente, foram de 7,54% e 6,60%, respectivamente.

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferências. O capital da Companhia está assim distribuído:

Table with columns: Participação Capital, Ações Ordinárias, Ações Preferenciais, Participação Capital, Ações Ordinárias, Ações Preferenciais.

b. Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido. c. Reserva estatutária: É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 10% do capital social, o qual já foi atendido. d. Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 24 de abril de 2019, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento dos dividendos adicionais propostos relativo ao exercício de 2018 conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 24 de abril de 2019, no valor de R\$ 9.936, correspondente a R\$ 0,25 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 30 de abril de 2019. Em 29 de outubro de 2019, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, ad referendum da próxima AGO, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 24.753, correspondente a R\$ 0,70 por ação correspondente aos dividendos apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 e 30 de setembro de 2019, com pagamento realizado em 29 de outubro de 2019. A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 9.953, a serem aprovados na AGO de 2020. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Table with columns: 2019, 2018, Lucro líquido do exercício, Constituição de reserva estatutária, Lucro líquido ajustado, Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado, Total dos dividendos pagos, Total dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos.

18. Recitas operacionais
Recitas de produção
Recitas de construção (ICPC 01 R1)
Recitas de prestação de serviço entre partes relacionadas
Recitas acessórias
Recita bruta
Impostos sobre recitas
Abatimentos
Deduções das recitas brutas
Recita operacional líquida

Table with columns: 2019, 2018, Recitas operacionais, Recitas de produção, Recitas de construção (ICPC 01 R1), Recitas de prestação de serviço entre partes relacionadas, Recitas acessórias, Recita bruta, Impostos sobre recitas, Abatimentos, Deduções das recitas brutas, Recita operacional líquida.

19. Resultado financeiro
Despesas financeiras
Juros sobre debêntures
Variação monetária sobre debêntures
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção
Capitalização de custos dos empréstimos
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros
Taxas, comissões e outras despesas financeiras

Table with columns: 2019, 2018, Despesas financeiras, Variação monetária sobre debêntures, Rendimento sobre aplicações financeiras, Juros e outras recitas financeiras.

Resultado financeiro líquido
20. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que adota, considerando o custo de contratação (prêmio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratuais versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
NIRE: 333.0016431-6 Protocolo: 00-2020/075465-3 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB o NÚMERO 00003871572 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: B858C9279B958B4F9459AC07ECCB24D85AFEDD9157A5CE9DADCC8DDE31EC4
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pág. 11/18





Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

financieras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria	2019		2018	
	Ativos financeiros mensurados através do resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados através do resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos	1.829	-	2.876	-
Aplicações financeiras	31.510	-	18.186	-
Contas a receber	-	5.243	-	4.778
Contas a receber - partes relacionadas	-	1.103	-	1.086
Passivos				
Debêntures (a)	-	(230.498)	-	(223.155)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(3.275)	-	(5.072)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	(1.089)	-	(1.069)
Obrigações com o poder concedente	-	(65)	-	(63)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.058)
	33.339	6.346	21.062	5.864

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recarga na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil; **Contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas e juros sobre capital próprio** - Os valores justos são os próximos aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis dessas obrigações equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características idênticas, oriundas do contrato de concessão; **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	230.902	239.106	224.252	235.516

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados com base no preço de mercado e no vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	-	31.510	-	18.186

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade no processo utilizado na preparação das análises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 e até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até em R\$ mil	Exposição em R\$ mil	Efeito em R\$ no resultado	
				Cenário provável	Cenário B 50%
Passivos financeiros					
Debêntures - 2ª Emissão	IPCA ^(a)	Julho de 2020	188.728	(11.340)	(12.405)
Debêntures - 4ª Emissão	CDI ^(a)	Julho de 2020	42.174	(1.105)	(1.379)
Aplicação financeira (Menkanti) ^(a)	CDI ^(a)	-	31.790	1.376	1.720

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. Rio Bonito - RJ

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e a situação da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram celebrados por sua controladora final CCR S.A., e determinadas empresas do Grupo CCR, Termo de Autocumprimento com o Ministério Público do Estado de São Paulo e Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República do Paraná ("Instrumentos"). As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, do ponto de vista relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante, pela mesma razão do assunto descrito na referida seção. **Principal assunto de auditoria:** Com exceção do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela

Operação	Risco	Vencimentos até em R\$ mil	Exposição em R\$ mil		
			Cenário provável	Cenário B 25%	Cenário B 50%
Total do efeito de ganho ou perda			(1.069)	(12.064)	(13.051)

As taxas de juros consideradas foram 1%:

	CDI ^(a)	IPCA ^(a)	6,60%	6,47%
(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3; (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas; (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (6) Os cenários acima contêm uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).	4,40%	5,50%	6,60%	6,47%

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão: Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2019 esses compromissos estavam estimados em R\$ 50.245 (R\$ 49.319 em 31 de dezembro de 2018). Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração dos fluxos de caixa: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

	Debitados	Dividendos	JCP a pagar	Total
Saldo Inicial	(223.155)	32.489	-	(190.666)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de juros	15.603	-	15.603	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas	-	35.709	35.709	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	15.603	35.709	51.312	-
Outras variações				
Despesas com juros e variação monetária	(22.946)	-	(22.946)	-
Outras variações que não afetam o caixa	(22.946)	(34.641)	(34.641)	(92.232)
Total das outras variações	(45.892)	(34.641)	(67.537)	(148.070)
Saldo Final	(230.498)	33.557	(196.941)	-

23. Evento subsequente: Coronavírus: Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual pretendida liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa viável para evitar o encerramento das operações, deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado a realização de contas a receber e recuperabilidade do ativo intangível. Considerando a imprevisibilidade e o grau do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da Companhia. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de auditoria para emissão dessas demonstrações financeiras, a controladora da Companhia, a "CCR", instaurou "comitê de crise" o qual está tomando as medidas possíveis, diante dos eventos que estão ocorrendo. Este comitê verificou nos últimos dias, que o impacto ao tráfego nas concessões de rodovias tem sido ainda limitado, com redução dos veículos leves, possivelmente por conta do tráfego pendular impactado por medidas de home office, mas por outro lado com certo aumento nos veículos pesados, uma vez que não houve nenhuma medida ligada à restrição de mobilidade de carga.

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente do Conselho
Sami Farah Junior	Conselheiro
Guilherme Motta Gomes	Conselheiro

Composição da Diretoria

João Daniel Marques da Silva	Diretor Geral
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva - CRC ISP129452/O-3/SRJ

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa viável para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de certeza, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas relidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, mas não obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **3.** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **4.** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a perda de continuidade operacional. **5.** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. **6.** Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **7.** Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC ISP25295/O-2

Id: 2245184

OPERAR LEI SECA. AGORA O DIA TODO, EM TODO O ESTADO.

Saiba mais em operacaoleisecarj.rj.gov.br #leisecal10anos #nuncadiriadedoisdebeber

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

VAMOS VIRAR O JOGO

DETTRAN RJ

JUCERJA assinado digitalmente

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
 NIRE: 333.0016431-6 Protocolo: 00-2020/075465-3 Data do protocolo: 05/05/2020
 CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871572 e demais constantes do termo de autenticação.
 Autenticação: B8558C9279B958B4AF9459AC07ECCB24D85AFEDD9157A5CE9ADACDC8DDE3E1C4
 Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 12/18



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ nº 01.612.234/0001-52

Relatório de administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1. **Aos acionistas:** Submetemos à apreciação de V. Sas, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o sumário do trabalho realizado pelos auditores independentes em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunicados lideiros. Poder Concedente e interessado em obter informações de maior qualidade que os resultados apresentados. 1.2. **Apresentação:** A Companhia foi constituída em 10 de dezembro de 1996, tendo como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público mediante outorga onerosa, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Aranauá-São Pedro d'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços de custeio e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão.

1.3. Destaques do Ano de 2019: A CCR Via Lagos (RJ-124) foi muito bem avaliada na Pesquisa CNT de Rodovias 2019, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Pelo quinto ano consecutivo a Via Lagos, dentre todas as rodovias que cortam o Estado do Rio de Janeiro, com o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria. A prestação de serviços públicos de qualidade pela Companhia é reconhecida por 80% dos usuários que consideram ótimo ou bom o trabalho da Companhia, conforme Pesquisa de Imagem e Satisfação realizada em 2019 pelo Instituto Data Folha.

2. Estratégia e Gestão: 2.1. **Gestão de Pessoas:** A política de gestão de pessoas da Companhia pauta-se na valorização do capital humano e na criação da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, proporcionando por meio do clima organizacional, qualificações e oportunidade. O caminho para a excelência profissional e pessoal encontra-se através dos líderes. A quantidade de colaboradores próprios em 2019 foi em média 175. Neste ano a Companhia investiu em programas de capacitação técnica e desenvolvimento do seu grupo de colaboradores.

3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1. **Desempenho:** As tarifas de pedágio cobradas pelo Poder Concedente foram reajustadas anualmente no mês de agosto, conforme contrato de concessão. Em 2019, a Tarifa Básica de Pedágio (TBP) foi reajustada de R\$ 12,00 para R\$ 12,40 e a Tarifa de Acesso (TA) de R\$ 1,00 para R\$ 1,05. O total de receitas operacionais brutas da Companhia atingiu o valor de R\$ 129,9 milhões com as atividades de transporte rodoviário e receitas adicionais, acrescidas de 1,2% sobre o obtido em 2018. Esta variação decorreu pelo reajuste contratual das tarifas de pedágio. Neste mesmo ano a Companhia teve um resultado líquido no programa de capacidade técnica e desenvolvimento de R\$ 16,89 quando comparado com o ano de 2018. O acréscimo no lucro líquido é explicado principalmente pelos menores custos e despesas operacionais.

pelo melhor resultado financeiro obtido no ano devido à redução das taxas do CDI e IPCA, que acarretaram em menores juros dos financiamentos. No ano de 2019, foram realizados R\$ 9 milhões em investimentos, destacando-se o investimento no recapeamento e sinalização da rodovia, em 2019 foram realizados aproximadamente 25 mil m² de sinalização horizontal. Foi realizado o investimento em obras de recuperação e manutenção da RJ-124, com R\$ 9,39 mil relativos ao resultado remanescente do ano de 2018. R\$ 24,75 mil referente ao lucro líquido apurado de janeiro a setembro de 2019, R\$ 1,05 mil referente à distribuição de dividendos em 2019 e pagamentos em 2019 e R\$ 949 referente a juros sobre capital próprio de 2019.

3.2. **Sustentabilidade:** A sustentabilidade é entendida pela Controladora CCR S.A., como um pilar estratégico, pautado na geração de valor no longo prazo para seus acionistas, clientes, sociedade, colaboradores e todos os públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades de melhoria e mensurar os impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios e as demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e a organização das doações e patrocínios a projetos de interesse social. A estratégia corporativa de sustentabilidade é aprovada pela Controladora CCR S.A., é decidida colegiadamente através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pelo assunto de tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as unidades de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e execução dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável por realizar todo o investimento socioambiental. A sustentabilidade ocorre de forma homogênea em todos os negócios e em linha com os objetivos estratégicos da Controladora CCR S.A. - Código de Ética e Conduta, Política de Sustentabilidade, Política de Meio Ambiente, Política de Responsabilidade Social, Política de Gerenciamento de Riscos, Política da Empresa Limpas. Para conhecer essas e outras políticas da Controladora CCR, acesse o link: <http://www.ccr.com.br/governanca-corporativa/politica-estatal-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>. Visando a transparência da sustentabilidade, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços no relatório de sustentabilidade e relatórios anuais de sustentabilidade e relatórios de sustentabilidade por meio do Relatório Anual de Sustentabilidade e em sites institucionais e bases de dados, como o site www.ccr.com.br. Compromissos: Direcionado por seus objetivos estratégicos, a Controladora CCR S.A. participa ativamente de iniciativas reconhecidas internacionalmente.

te e que contribuem para o fortalecimento e modernização de sua visão de sustentabilidade, com destaque para: Pacto Global (ONU) - Agenda 2030 com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Pacto Global de Diálogo (GGD) - Global Reporting Initiative (GRI) - Relatório Integrado (IRC). Anualmente, a Controladora CCR S.A. divulga os resultados e avanços no relatório de sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e Sustentabilidade, cuja edição mais recente está disponível em www.grupecr.com.br/2019. Em 2019, a ViaLagos trabalhou de maneira integrada a visão estratégica de sustentabilidade do Grupo CCR para promover a geração de valor e o desenvolvimento sustentável. Entre as principais iniciativas desenvolvidas em 2019, destacamos: o Programa Cidadania para a Comunidade com 14 mil alunos, cerca de 800 professores de 296 escolas. O projeto "Cidadãos Itinerantes BucZUM! Teatro a Bordo, Cine em Cena e peça Teatral "A Viagem de volta às estrelas", exclusiva para as crianças participantes dos Caminhos para Cidadania, atenderam 11.782 pessoas, entre alunos e professores da rede pública de ensino dos municípios atendidos pela Companhia com os projetos do Instituto CCR. A Companhia ainda participou de campanhas institucionais tais como: Dia Mundial da Água, Campanha do Agasalho, Maio Amarelo, Dia Mundial do Meio Ambiente, Diaque 100 - Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de crianças e adolescentes, Dia do Consumo Consciente, Junho Vermelho - Campanha de Doação de Sangue, Semana Nacional do Trânsito, Outubro Rosa, Novembro Azul e Natal Solidário. Além disso, visando a segurança dos usuários, os colaboradores, a CCR ViaLagos participou da Campanha educativa "Evite as más ideias do Trânsito. Dirija sempre com segurança e promova a Comunicação Corporativa, além de realizar parcerias com o DER-RJ e Detran-RJ, com intuito de conscientizar e alertar os motoristas na rodovia com foco na prevenção de acidentes.

5. **Considerações Finais:** 5.1. **Agradecimentos:** A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial, à Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte e Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte e Trânsito (ARV), aos usuários, financiadores e instituições financeiras, e aos demais parceiros comerciais, que possibilitaram a realização deste relatório. 5.2. **Auditor Independente:** Em nosso relacionamento com o auditor independente, a Companhia mantém uma postura transparente e de não-auditado com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Os trabalhos de auditoria são realizados por profissionais independentes de nossos daqueles controlados a auditoria externa. As informações financeiras da Companhia aqui apresentadas, estão em conformidade com os procedimentos de auditoria utilizados, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte do auditor independente. Rio Bonito, 25 de março de 2020. A Administração.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Legal	Reserva	Dividendo	Lucros	Total
	2.510	Estatutária	de lucros	proposto	acumulados	39.393
	2.510	1.254	6.797	-	-	30.418
Saldos em 1º de janeiro de 2018						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1	(1)
Reserva estatutária	-	-	1	(7.608)	-	(3.400)
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de abril de 2018	-	-	-	(3.400)	-	(21.291)
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2018	-	-	-	(1.071)	-	(187)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	6.939	6.939
Juros sobre capital próprio em 24 de abril de 2019	12.550	2.510	1.255	-	-	16.315
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.550	2.510	1.255	-	9.853	26.258
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.939	6.939
Distribuição de dividendos intermediários em 29 de outubro de 2019	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2019	-	-	-	-	9.853	9.853
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.550	2.510	1.255	-	9.853	26.168

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Lucro líquido do exercício	35.555	30.418
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(340)	965
Depreciação e amortização	6.860	6.420
Variação de ativos não circulantes	334	1
Variação de passivos não circulantes	(1.071)	-
Capitalização dos custos de empréstimos	(517)	(678)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	478	870
Constituição da provisão de manutenção	2.950	2.728
Provisão de manutenção	(426)	(999)
Atualizações monetárias sobre riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	226	(1.172)
Variações nos ativos e passivos	33.559	33.624
Aumento (redução) dos ativos	(465)	(529)
Contas a receber - partes relacionadas	(17)	(95)
Tributos a recuperar	(249)	(281)
Ativos não circulantes e outras	(213)	(199)
Adiantamento a fornecedores	12	(50)
Aumento (redução) dos passivos	(1.782)	907
Fornecedores - partes relacionadas	19	612
Impostos e contribuições a recolher e provisão para despesas sociais	17.661	14.069
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(14.315)	(13.285)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.642	(14)
Provisão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(878)	(2.123)
Realização provisão de manutenção	(3.862)	(4.194)
Outras contas a pagar	11	8
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	33.555	33.318
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2.868)	(2.345)
Aquisição de ativo imobilizado	(510)	(2.345)
Aplicação em títulos líquidos de resgate	12	(215)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(16.702)	(5.647)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	2.676	2.076
Desturto	2.676	2.076
Captações	-	-
Pagamentos de principal	(15.603)	(65.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas	(35.709)	(33.716)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(51.313)	(73.869)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(28.954)	(42.575)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa	(2.676)	2.076
No início do exercício	2.676	2.076
No final do exercício	(1.047)	(21.159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	35.555	30.418
Outros resultados abrangentes	35.555	30.418
Total do resultado abrangente do exercício	71.110	60.836
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Balanco patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Ativo Circulante	6	1.829
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.829
Aplicações financeiras	-	2,776
Contas a receber	7	5.243
Contas a receber - partes relacionadas	10	375
Tributos a recuperar	10	234
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	544
Adiantamento a fornecedores	38	50
Despesas antecipadas e outros	50	129
Total do ativo circulante	40.172	27.388
Não circulante	11	728
Realizável a longo prazo	10	728
Contas a receber - partes relacionadas	9	728
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	1	-
Depósitos judiciais	11	3.691
Imobilizado	11	8.681
Intangível	12	225.066
Intangível em construção	12	245
Total do ativo não circulante	245.818	250.075
Total do ativo	286.990	277.463
Passivo Circulante	13	230.498
Debitores	13	3.191
Fornecedores	10	615
Fornecedores - partes relacionadas	10	5.338
Imposto de renda e contribuição social	10	369
Obrigações sociais e trabalhistas	10	3.943
Obrigações com o poder concedente	16	65
Provisão de manutenção	16	117
Juros sobre capital próprio	16	5.108
Outras contas a pagar	16	117
Total do passivo circulante	130	250.843
Não circulante	13	230.498
Debitores	13	3.191
Tributos diferidos	8b	2.421
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários (TBA) foi reajustada de R\$ 1,00 para R\$ 1,05	16	2.156
Provisão de manutenção	16	3.961
Obrigações sociais e trabalhistas	10	868
Fornecedores e partes relacionadas	10	979
Total do passivo não circulante	10	9.879
Patrimônio líquido	17a	12.550
Capital social	17b	2.510
Reservas de lucros	17c	3.765
Dividendo adicional proposto	17d	9.853
Total do passivo e patrimônio líquido	286.990	277.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Receita operacional líquida	116	117.293
Custos dos serviços prestados	(461)	(2.347)
Custo de constituição	16	(2.347)
Provisão de manutenção	11e	(6.860)
Depreciação e amortização	12	(234)
Custo da operação	12	(6.849)
Serviços	12	(2.406)
Material, equipamentos e veículos	12	(1.549)
Água, luz, telefone e gás	12	(2.185)
Outros	12	(1.362)
Lucro bruto	37.153	81.845
Despesas operacionais	(4.757)	(6.052)
Despesas gerais e administrativas	(4.757)	(6.052)
Despesas com pessoal	(2.989)	(3.028)
Material, equipamentos e veículos	(588)	(614)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	(658)	(744)
Provisão de perda esperada - contas a receber	(161)	(987)
Outros	(159)	353
Outros resultados operacionais	74.412	67.342
Resultado antes do resultado financeiro	53.366	61.920
Resultado financeiro	8a	(17.811)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	35.556	44.109
Imposto de renda - contribuição social - correntes e diferidos	8a	(17.811)
Lucro líquido do exercício	35.555	30.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. ("Companhia"), constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público mediante outorga onerosa, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Aranauá-São Pedro d'Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários de obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente pela outorga da concessão. O endereço registrado da sede social localizada no município de Rio Bonito, RJ, Rua 22, Bairro Latino Km 22, Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro. O prazo de concessão inicial é de 25 anos, contados a partir de janeiro de 1997. Foi aditado entre a Concessionária e o Poder Concedente, por meio do 8º Termo Aditivo Contratual, estendendo por mais 15 anos a concessão (até janeiro de 2037) e, posteriormente, por mais 10 anos (até janeiro de 2047), por meio do 10º Termo Aditivo para reduzir a tarifa de pedágio e incluir obras de R\$ 200 milhões de investimentos para melhoria da infraestrutura da rodovia. São eles: a implantação do dispositivo mecânico de separação de pistas; alargamento da plataforma da rodovia; novos sistemas de drenagem; implantação de obras de recuperação de obras de retornos e travessias de pedestres. 1.1. **Processo de investigação:** Em 29 de novembro de 2019, a Controladora CCR S.A. divulgou o Relatório Informando que, naquela data, foi celebrado o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar a quantia de R\$ 81.500, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram imputados no balanço patrimonial da Companhia, no exercício de 2019. Os valores são a título de prestação de serviços, não constituindo obrigação de pagamento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. Tais valores são a título de prestação de serviços, não constituindo obrigação de pagamento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. 1.2. **Práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. 1.3. **Moeda estrangeira:** A moeda estrangeira utilizada nas transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos

em favor dos usuários em todas as praças de pedágio por ela operadas por, pelo menos, 12 meses. (ii) executar obras nas rodovias por ela operadas no valor total de R\$ 365.000, atualizado semestralmente pela Selic. O valor total de R\$ 750.000 foi integralmente provisionado no exercício de 2018. Em 28 de março de 2019, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal homologou o Acordo de Leniência. A multa, no valor de R\$ 35.000, foi paga em 26 de abril de 2019 e o início do desconto tarifário ocorreu em maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contratação decorrente seja realizada por meio de licitação pública. A multa foi revertida exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estabelecidos pela Controladora do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou favoravelmente a Companhia, mantendo integralmente a sentença de primeira instância. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas a futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, consequentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto. 1.4. **Práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. 1.5. **Moeda estrangeira:** A moeda estrangeira utilizada nas transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos

em favor dos usuários em todas as praças de pedágio por ela operadas por, pelo menos, 12 meses. (ii) executar obras nas rodovias por ela operadas no valor total de R\$ 365.000, atualizado semestralmente pela Selic. O valor total de R\$ 750.000 foi integralmente provisionado no exercício de 2018. Em 28 de março de 2019, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal homologou o Acordo de Leniência. A multa, no valor de R\$ 35.000, foi paga em 26 de abril de 2019 e o início do desconto tarifário ocorreu em maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contratação decorrente seja realizada por meio de licitação pública. A multa foi revertida exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estabelecidos pela Controladora do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou favoravelmente a Companhia, mantendo integralmente a sentença de primeira instância. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas a futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, consequentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto. 1.4. **Práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. 1.5. **Moeda estrangeira:** A moeda estrangeira utilizada nas transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A
 NIRE: 333.00164316 Protocolo: 05/2020/05465 Data do protocolo: 05/05/2020
 CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871572 e demais constantes do termo de autenticação.
 Autenticação: B858E9279B958B4AF9459AC07ECB248B5AFEDD9157A5CE9D/CDC8DDE3E1C4
 Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital_informe_o_nº_de_protocolo. Pag. 13/18



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/ME nº 01.612.234/0001-52

continuação

do: Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas...

de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outros...

podem ser obtidos nas notas explicativas nº 8 e 20. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aplicação de recursos em investimentos) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações...

Table with columns: Menos, Entre, 1 ano, 2 anos. Rows include Debêntures (a), Fornecedores e outras contas a pagar, etc.

Idade de vencimento dos títulos: Créditos a vencer, Créditos a receber de mais de 180 dias, (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários...

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Alíquotas nominal, etc.

Table with columns: Saldo em 2019, Reconhecido do no no, Valor fiscal, Ativo Passivo, Liq. fiscal, Passivo fiscal. Rows include Provisão para participação nos resultados financeiros, etc.

Table with columns: Saldo em 2018, Reconhecido do no no, Valor fiscal, Ativo Passivo, Liq. fiscal, Passivo fiscal. Rows include Provisão para participação nos resultados financeiros, etc.

Table with columns: Saldos, 2019, 2018. Rows include Despesas/Custos com serviços prestados, Controladora, etc.

Table with columns: Saldos, 2019, 2018. Rows include Despesas/Custos com serviços prestados, Controladora, etc.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A. NIRE: 333.0164331/96. Protocolo: 00-2020/0795465-6. Data do protocolo: 05/05/2020. CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871572 e demais constantes do termo de autenticação: B8588C9279B58B4F9459AC07ECB24D85AFEDD9157A5CE9ADDC8DDE31C14. Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo. Pag. 14/18



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ nº 01.612.234/0001-52

continuação

Table with columns: Despesas com profissionais chaves da administração, Remuneração (e), Benefícios, Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte, etc. Includes data for 2019 and 2018.

Na AGO realizada em 24 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.000, na qual incluí saláris, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. Saldo a pagar aos profissionais chave da administração:

Table showing remuneration details for 2019 and 2018, including columns for Saldo Inicial, Constituição, Reversão, Pagamentos, etc.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.024 (R\$ 975 em 31 de dezembro de 2018).

Table with columns: 2018, 2019, Taxa média anual de depreciação %, Saldo Inicial, Adições, Baixas, Transferências, etc.

11. Ativo Imobilizado. Taxa média anual de depreciação %: 2018 (10,16%), 2019 (10,16%).

Table with columns: Valor de custo, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Veículos, Equipamentos operacionais, etc.

12. Intangível e intangível em construção: Movimentação do custo. Taxa média anual de amortização %: 2018 (12,00%), 2019 (12,00%).

Table with columns: Valor de custo, Direitos de exploração da infraestrutura concedida, Direitos de uso de sistemas informatizados, etc.

13. Debêntures. Taxa efetiva do custo de transação: 7,34% a.a. (7,6594% a.a.).

Table with columns: Série, 2ª Emissão - Série Única, 4ª Emissão - Série Única, etc.

14. Fornecedores. Saldo a pagar aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhoria de infraestrutura:

Table with columns: Fornecedores e prestadores de serviços nacionais, Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais.

Table with columns: Operação, Risco, Vencimentos, Exposição, etc.

As taxas de juros são calculadas com base em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o custo de debêntures com taxas pós-fixadas em 12 meses de prazo, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Table with columns: Ativos, Passivos, Valor justo, etc.

Ativos: Caixa e bancos, Aplicações financeiras, Contas a receber - partes relacionadas, etc.

Passivos: Fornecedores e outras contas a pagar, Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas, Obrigações com o poder concedente, etc.

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Ativos e passivos financeiros: Nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e Nível 3 (premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)).

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A. NIRE: 333.0016431-6. Protocolo: 00-2020/075465-3. Data do protocolo: 05/05/2020. CERTIFICÓ de ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871572 e demais constantes do termo de autenticação. Autenticação: B858E9279B958B4AF9459AC07ECCB24D85AFEDD9157A5CE9DADCC8DDE31EC4. Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 15/18



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ nº 01.612.234/0001-82

continuação

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável; (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3; (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela B3. No item (4) de divida líquida o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o encerramento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas; (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não sendo deduzidos os custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. **Compromissos vinculados a contratos de concessão:** Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2019 esses compromissos estavam estimados em R\$ 50.245 (R\$ 49.319 em 31 de dezembro de 2018). Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para resgate.

22. **Demonstração dos fluxos de caixa:** a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. b. **Reconciliação das atividades de financiamento**

	Debitantes	Dividendos e JCP a pagar	Total
Saldo Inicial	(223.155)	32.480	(190.666)
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamentos	15.603	15.603	
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas		35.709	35.709
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	15.603	35.709	51.312
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(22.946)	(22.946)	
Outras variações que não afetam o caixa	(22.946)	(34.641)	(57.587)
Total das outras variações	(230.498)	33.557	(196.941)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva: Conforme nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram celebrados por sua controladora final CCR S.A. e determinadas empresas do Grupo CCR, Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo e Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República do Paraná ("Instrumentos"). As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é razoável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nessas demonstrações financeiras. Conseqüentemente, não foi possível avaliar a necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os requisitos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, não existe outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. Responsabilidades da administração: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria identifica e detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar procedimentos de auditoria ou falsificar intencionalmente. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Composição do Conselho de Administração	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente do Conselho
Sami Farah Junior	Conselheiro
Guilherme Motta Gomes	Conselheiro
Composição da Diretoria	
João Daniel Marques da Silva	Diretor Geral
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Operacional
Contador	
Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3 S/RJ	

São Paulo, 25 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

Estado registra duas novas mortes

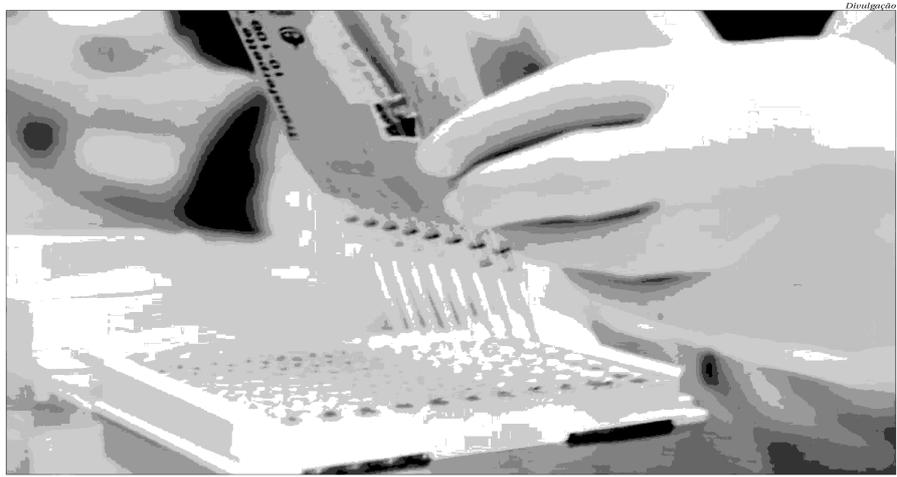
Capital fluminense teve mais dois óbitos por coronavírus. Total de vítimas no estado já chega a oito

O estado do Rio de Janeiro registrou, até a tarde desta quarta-feira (25), mais duas mortes causadas pelo novo coronavírus (Covid-19). No total, a doença já vitimou oito pessoas no estado.

De acordo com os dados da Secretaria de Estado de Saúde (SES), as vítimas são duas mulheres e um homem de 61 anos. Elas moravam na capital fluminense. Outros dois moravam na cidade do Rio também morreram com a infecção. Os outros óbitos foram de uma mulher em Miguel Pereira, um homem em Itaboraí e outro homem em Petrópolis.

Todas as vítimas, segundo a SES, eram idosos ou apresentavam comorbidades, sendo classificados como grupo de risco para o novo coronavírus.

Casos aumentam - O número de casos confirmados de Covid-19 no estado também aumentaram. Até a tarde desta quarta-feira, 370 notificações foram registradas pelo Estado, número que pode ser



Secretaria de Saúde informou que todas as mortes foram de pessoas idosas ou que apresentavam comorbidades, pertencentes ao grupo de risco para o coronavírus

Divulgação

Duas mulheres, uma de 81 e outra de 61 anos, moradoras da capital, foram as últimas vítimas

ainda maior, à medida que os municípios vão notificando sobre os resultados dos testes em pacientes suspeitos. A maioria dos casos positivos foi, justamente, na capital: 331. Em Niterói, até o momento, 19 casos constam no boletim da Secretaria de Estado de Saúde, mas a prefeitura já notificou 21. Em São Gonçalo, os dados da SES indicam três confirmações, mas a prefeitura alega que esse número já subiu para quatro.

Ainda há registro de pacientes com Covid-19 em Volta Redonda (6), Petrópolis (3), Duque de Caxias (2), Barra Mansa (1), Campos dos Goytacazes (1), Guapimirim (1), Miguel Pereira (1), Resende (1) e Valença (1). ■

Decreto permite a pequenos produtores e comércios manterem atividades

O Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou, nesta quarta-feira (25), no Diário Oficial, o decreto nº 46.989/2020, autorizado o funcionamento de pequenos estabelecimentos de venda de alimentos e bebidas no estado durante o período de pandemia do novo coronavírus, o Covid-19. A medida, segundo o governo, tem como objetivo principal beneficiar produtores rurais. Ela também tem o intuito de minorar

o impacto das restrições impostas à população. O secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, Marcelo Queiroz, informou que está acompanhando de perto a situação da produção rural fluminense. Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Queiroz está estudando, ainda, outras medidas que possam trazer

soluções para as produções internas. "Vivemos uma situação atípica e excepcional que demanda de todos os envolvidos a busca por soluções para reduzir os impactos junto à população. Estou trabalhando com o Governador (Wilson Lizardi) e com o Secretário Lucas Tristão diariamente para trazer boas notícias aos pequenos produtores e seus familiares", disse o secretário Marcelo Queiroz.

Confira a seguir a relação de estabelecimentos que poderão funcionar, de acordo com o novo decreto publicado pelo governo: loja de conveniência, mercado de pequeno porte, açougues, aviário, padaria, lanchonete, hortifruti, e demais estabelecimentos congêneres, que se destinam a venda de alimento, bebida, material de limpeza e higiene pessoal exclusivamente, para entrega e retirada no próprio estabelecimento. ■

enel DESLIGAMENTO PROGRAMADO

A ENEL atua sob seu devido a interrupção temporária do fornecimento de energia ocasionada pela necessidade de execução de serviços de manutenção/obras nos seguintes horários e locais:

Dia: 29/03/2020

Horário	Endereço	NITERÓI	Nº Deslig.
08:00 às 12:00	Alameda São Boaventura - Sobrado - Fonseca - Niterói		12988999
08:00 às 12:00	Rua Vereador Duque Estrada - Santa Rosa - Niterói		12989009
08:00 às 12:00	Rua Doutor Borman - Centro - Niterói		12989067
08:20 às 12:20	Rua T. Lopes Travão - Icaraí - Niterói		12989115
13:30 às 17:30	Rua Lopes Travão - Icaraí - Niterói		12989779
13:30 às 17:30	Rua Odebrecht Kelly - Santa Rosa - Niterói		12989779
13:30 às 17:30	Rua 15 de Novembro - Centro - Niterói		12989831
13:30 às 17:30	Rua Mario Avles - Icaraí - Niterói		12989853
08:30 às 12:00	Rua Doutor Alfredo Backer - Mutunópolis - Alcantara - São Gonçalo		12984899

Seja qual for sua energia, acredite nela. Enel.

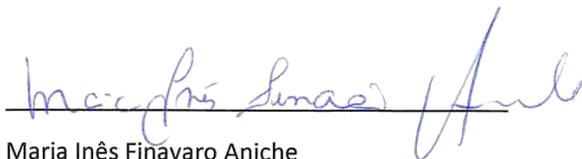
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Maria Inês Finavaro Aniche, com inscrição ativa no OAB/SP sob o nº 86.665, expedida em 14/05/2009, inscrito no CPF nº 994.143178-72, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original:

Documentos apresentados:

- 1 – RG **EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO**
- 2 – CNH **GUILHERME MOTTA GOMES**
- 2 – RG E CPF **ÉRIKA NATSUMI MATSUMOTO**
- 3 – PÁGINAS BALANÇO Jornal “O Fluminense”, páginas 5 a 8.
- 3 – PROCURAÇÃO (2 PÁGINAS)
- 4 – OAB/SP (1 PÁGINA)

São Paulo, 22 de abril de 2020



Maria Inês Finavaro Aniche



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A, NIRE 33.3.0016431-6, PROTOCOLO 00-2020/075465-3, ARQUIVADO EM 06/05/2020, SOB O NÚMERO (S) 00003871572, FOI ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICADO A3 PADRÃO ICP-BRASIL POR:

CPF/CNPJ	Nome
<input checked="" type="checkbox"/> 994.143.178-72	MARIA INÊS FINAVARO ANICHE

06 de maio de 2020.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA DA RODOVIA DOS LAGOS S/A

NIRE: 333.0016431-6 Protocolo: 00-2020/075465-3 Data do protocolo: 05/05/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871572 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B8858C9279B958B4AF9459AC07ECCB24D85AFEDD9157A5CE9DADCDC8DDE3E1C4

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 18/18

